

Governo pretende

Política

O ESTADO DE S. PAULO — 5

parar a Constituinte

Estratégia é negar quórum na votação do que foi aprovado em primeiro turno

BRASÍLIA — Assessores do presidente José Sarney buscavam, desde o final do mês passado, uma brecha nas regras da Constituinte que permitisse adiar a promulgação da nova Constituição. E encontraram: eles trabalham agora para evitar que haja quórum favorável à aprovação do texto resultante do primeiro turno dos trabalhos. Se conseguir provocar um grande buraco negro, o Planalto não precisará garantir 280 votos para cada emenda supressiva. "Não haverá Constituição, e os constituintes terão que discutir tudo novamente", disse ontem um especialista no assunto.

Quem alertou o governo para essa alternativa foi o advogado paulista Ives Gandra Martins, conhecido pelas ações que move na Justiça contra decretos que considera inconstitucionais, especialmente na área tributária. Rapidamente, no entanto, o Palácio do Planalto assumiu a paternidade

da descoberta, e passou a discutí-la com os parlamentares do Centrão, em fase de reorganização.

A tese baseia-se na constatação de que não será fácil, para nenhum grupo político, colocar em plenário 280 constituintes que votem a favor de qualquer das emendas supressivas apresentadas. Grande parte dos parlamentares já concentrou suas atenções nas eleições municipais.

De acordo com os levantamentos do Planalto, existem 277 constituintes favoráveis ao governo, 200 contra e 82 oscilantes. Do total, 121 são candidatos a prefeito e 60 são ausentes habituais.

NEGOCIAÇÃO

Nas normas reguladoras do segundo turno foi estabelecido que "inicialmente será votado o texto resultante do primeiro turno". A conclusão natural foi de que será mais fácil negar quórum para a etapa inicial, obstruir os trabalhos e, assim, forçar a negociação. Se a estratégia for bem-sucedida, a nova Constituição deve sair apenas no ano que vem.

Participam da operação os assessores diretos do presidente e os constituintes que dão suporte ao governo, além de empresários interessados em anular o que consideram como excessos do primeiro turno.

O bloqueio levaria ao caos, reage Ulysses

BRASÍLIA — A rejeição integral do projeto da nova Constituição, se confirmada, "provocaria o caos institucional, representaria a paralisação da Assembléia Constituinte e a interrupção da transição", reagiu ontem à noite, em seu gabinete, o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães. Ele não revelou surpresa ao ser informado da disposição do governo e de líderes moderados de tentar rejeitar todo o projeto da nova Constituição aprovado em primeiro turno. Lembrou que o regimento interno da Constituinte estabelece, no segundo turno, a votação em bloco do projeto já aprovado, ressalvados os destaques.

Ulysses comentou que também o PT está desejando votar contra todo o projeto, achando estranho que o partido de Lula queira ser orientado pelo Centrão. "Não acredito que levem esse plano adiante. Rejeitar tudo por quê? E o trabalho feito durante um ano e meio por todos nós? E o esforço das lideranças nos acordos que tornaram possível a votação?", questionou, irritado, o presidente da Constituinte.

"Não existe nada disso. Eu sei a justa reparação dos danos que vier a sofrer.

7. Com vistas a resguardar os legítimos interesses dos exportadores brasileiros e a minimizar os eventuais danos à balança de pagamentos, muitos problemas surgirão nessa fase, pois o texto, em sua opinião, está "muito ruim", mas acredita que os impasses deverão ser resolvidos pela própria Constituinte.

TRAIÇÃO

"Qualquer tentativa de torpedear, nesta altura, os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, é mais do que simples manobra política, mas um gesto altamente impatriótico." O comentário foi feito pelo relator Bernardo Cabral ao ser informado da estratégia. Segundo Cabral, caso a manobra seja bem sucedida, não será possível promulgar a futura Carta, o que só poderá ser feito depois de encerradas todas as fases da sua votação.

Cabral revelou descrença quanto ao sucesso da estratégia. A mesma opinião manifestou o líder do PMDB, deputado Nelson Jobim (RS), observando que "eles não têm número para fazer isso". Caso a estratégia venha a ser posta em prática, no entanto, ele acha



Protásio Nême/AE

Ulysses não crê no plano

que o governo estará "partindo para um confronto muito mais grave do que supõe. A população deseja e reivindica a promulgação da futura Constituição, sendo improvável o que acontecerá se o projeto não tiver completado sua votação".

Segunda-feira, o presidente Sarney orientará os ministros e parlamentares próximos ao governo sobre medidas para dar a mais ampla divulgação aos estudos elaborados pela área econômica, avaliando a repercussão dos custos adicionais à União contidos no texto a ser votado em segundo turno. A informação foi transmitida pelo porta-voz da Presidência da República, Carlos Henrique Almeida Santos, na Base Aérea de Brasília, logo depois do desembarque do presidente, vindo de Juazeiro do Norte.

Almeida Santos não confirmou se o presidente vai reunir seu conselho político para tratar do assunto, nem se Sarney usará cadeia de rádio e televisão, na segunda-feira, para falar sobre essas repercussões. Segundo o porta-voz, Sarney vai se servir de todos os caminhos legítimos para fazer a mais ampla divulgação e um esclarecimento público completo sobre a questão.

O contribuinte vai pagar mais à Previdência

BRASÍLIA — Os trabalhadores também irão pagar mais para financiar o sistema de seguridade social previsto na nova Constituição. No documento que entregou ao presidente Sarney na quinta-feira, tentando provar que o aumento de despesas da Previdência não provocará gastos adicionais para o governo, o ministro Renato Archer deixa claro que as atuais alíquotas de contribuição direta dos segurados — de 8,5% a 10% sobre os salários — serão redefinidas.

A idéia implícita no projeto constitucional, e defendida por técnicos da Previdência, é adotar a equanimidade no custeio do novo sistema de seguridade. Isso pressupõe que os mais ricos contribuirão bem mais do que atualmente, e os mais pobres, menos. Mas, considerando que a União deverá passar a contribuir regularmente com sua parte — o que não ocorre hoje — e que as empresas pagarão sobre os fatos geradores e o lucro, com base em alíquotas a serem definidas pela legislação ordinária, os técnicos do ministério admitem que os novos encargos serão repassados aos consumidores embutidos nos pre-

ços finais dos produtos comercializados. E que o governo encontrará uma forma de também transferir aos contribuintes a sua parte.

VARIAÇÕES

A atual alíquota de contribuição dos autônomos — fixada em 19,2% indistintamente — também deverá ser reformulada no plano de custeio da nova Previdência Social. Vai diferenciar, por exemplo, modestas custeiras de profissionais liberais bem-sucedidas. No caso dos trabalhadores e produtores rurais deverá ser adotado o mesmo sistema de autônomo.

Com relação à participação da União, o projeto constitucional apenas menciona a obrigatoriedade de também financiar a seguridade social. Hoje, o governo federal é responsável pela manutenção e pagamento do sistema previdenciário, o que nunca ocorreu.

A dívida já ultrapassa os Cz\$ 500 bilhões, segundo informações do próprio Ministério da Previdência, que não deseja nova inadimplência. Caberá à legislação ordinária definir qual a composição mais apropriada para as novas fontes de financiamento da seguridade social.